

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E
EDUCAÇÃO

CYBELLE MARTINS SILVEIRA

A VISÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA

ARARAS

2022

CYBELLE MARTINS SILVEIRA

A VISÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Monografia apresentada no Curso de
Licenciatura em Química da
Universidade Federal de São Carlos
para obtenção do título de Licenciada
em Química.

Orientação: Profa. Dra. Elaine G. M.
Furlan

ARARAS

2022

CYBELLE MARTINS SILVEIRA

A VISÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Monografia apresentada no Curso de
Licenciatura em Química da
Universidade Federal de São Carlos
para obtenção do título de Licenciada
em Química.

Orientação: Profa. Dra. Elaine G. M.
Furlan

Data da defesa: 12 de Julho de 2022.

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA:

Profa Dra. Isabela C.T Bozzini

Universidade Federal de São Carlos

Prof Dr Paulo Cezar de Faria

Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Elaine Furlan por toda a parceria ao longo da minha formação, pela paciência e por toda sua dedicação.

Agradeço a banca examinadora, pelo interesse e pela disponibilidade em participar deste momento.

Agradeço a minha família pelo apoio e paciência ao longo desta jornada. Em especial aos meus irmãos, Alfredo e Naira, por sempre serem exemplos de luta e por todo carinho durante esses anos.

Agradeço aos meus amigos, Ana Flávia, Ariane, Gabriel, Júlia e Maria por toda parceria, risadas e conversas que tornaram minha graduação ainda mais enriquecedora.

Agradeço a minha amiga Sara, pela amizade incondicional e por todo apoio e compreensão.

E por fim, agradeço a minha parceira de vida, Analía, pelo apoio, carinho, gentileza e compreensão durante não só a produção deste trabalho, mas todos os momentos de vida.

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso se deu por meio de inquietações de uma licencianda, que após experiências em projetos de extensão, estágio e iniciação científica passou a se questionar acerca da relação entre os professores do ensino básico e as políticas públicas de financiamento da educação básica que são vigentes hoje no país. A fim de responder essas inquietações, esta pesquisa busca identificar como os professores do ensino básico público, em especial do ensino médio, compreendem as políticas públicas de financiamento da educação referentes a esta modalidade. Para tal o trabalho desenvolveu a busca de respostas para as seguintes questões: como os professores do ensino básico público compreendem as políticas públicas de financiamento da educação brasileira? É possível identificar manifestações dessas políticas públicas em sala de aula? Para a obtenção desses dados, disponibilizamos um questionário aberto a ser respondido, de forma online, por esses mesmos professores e as respostas foram analisadas através da análise textual discursiva (ATD). Os resultados indicam que tem-se hoje uma lacuna entre a compreensão dos professores a respeito do funcionamento do financiamento da educação básica e o seu funcionamento, de fato, gerando dúvidas e inseguranças para os mesmos, fazendo com que discussões a respeito sejam quase nulas, em todos os ambientes, inclusive nas escolas e durante o processo de formação destes professores.

Palavras-chave: financiamento da educação; professor; análise textual discursiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
OBJETIVOS	8
O QUE EVIDENCIAM ALGUNS TRABALHOS A RESPEITO DA TEMÁTICA	9
AMPLIANDO O OLHAR PARA O CAMINHO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	11
METODOLOGIA	15
ANÁLISE DOS DADOS	16
RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXO A: questionário para professores	25
ANEXO B: parecer do comitê de ética	25

INTRODUÇÃO

Ao falarmos sobre a qualidade da educação básica no Brasil, a questão de políticas públicas de financiamento sempre se faz presente, sendo na verdade um dos principais pontos da discussão, afinal, para que tenhamos a garantia de uma educação de qualidade para todos é necessário que haja investimento na mesma.

A Constituição Federal de 1988, através do Artigo 205, garante o acesso à educação básica gratuita a todo cidadão, e também garante investimentos provenientes do governo federal, estadual e municipal. Temos que o governo federal deve assegurar que o repasse de recursos nunca seja menor que 18% da receita líquida de impostos recebidos, quanto a governos estaduais e municipais nunca menos de 25%. Apesar de serem números maiores do que os vistos nas constituições anteriores, os números ainda têm se mostrado insuficientes. (BRASIL, 1988)

Sabendo-se que a discussão da relação entre financiamento e qualidade de ensino é indispensável, já que para garantir que tenhamos uma educação pública de qualidade, é necessário que haja investimento na área e para que se tenha investimento na área é necessário que tenhamos políticas públicas de financiamento que funcionem. Um dos principais problemas a respeito de políticas públicas se dá por essas não serem definidas, de fato, pelo público. A respeito dessa discussão, temos a fala de Davies (2019, p. 663):

Numa sociedade desigual, e não apenas na sociedade capitalista, é um equívoco denominar ações estatais como públicas, uma vez que elas não são elaboradas a partir de iniciativa da maioria da população, de consulta a ela ou visando a seus interesses.

A fala de Davies (2019) nos traz um questionamento acerca do desenvolvimento das políticas públicas relacionadas ao financiamento educacional, em relação aos professores do ensino básico, que geralmente são os principais atingidos pelas políticas, já que lidam com elas diariamente mesmo que não notem.

O trabalho aqui apresentado se deu com a inquietação de uma licencianda, que após algumas experiências em projetos de extensão e estágio, se questionou o quão envolvidos os professores com que trabalhou estariam com políticas públicas de financiamento do ensino

básico, já que aparentava existir um distanciamento dos mesmos em relação a essas políticas. Em específico os professores do ensino médio, sendo esse o público com quem trabalhou em suas experiências e o qual trabalhou aqui, além de desenvolver uma iniciação científica voltada ao tema, sendo esta uma pesquisa bibliográfica na área de financiamento da educação básica, que tem por um dos objetivos específicos identificar a presença de professores em pesquisas da área.

A fim de compreender o que o professor do ensino básico público, em especial o professor do ensino médio público, compreende a respeito das políticas de financiamento e se os mesmos relacionam manifestações dessas políticas em sala de aula e assim percebem o efeito das mesmas em seu dia a dia, o trabalho aqui apresentado tem por objetivo a identificação desses saberes, através de uma pesquisa qualitativa desenvolvida por meio de um questionário online e a análise dos dados obtidos sendo realizada por meio da análise textual discursiva (ATD).

Assim, algumas questões se tornaram inquietações nesta pesquisa: como os professores do ensino básico público, em especial na modalidade de ensino médio, compreendem as políticas públicas de financiamento da educação brasileira? É possível identificar manifestações dessas políticas públicas em sala de aula? Que implicações tem no trabalho docente?

Para a obtenção das respostas para estas perguntas, o trabalho aqui apresentado se desenvolveu através da aplicação de um questionário aberto, de forma online, para professores do ensino básico público e na modalidade de ensino médio. No qual, tinham-se questões acerca da compreensão desses professores sobre as políticas públicas de financiamento em vigência; e se os mesmos identificam evidências da influência dessas políticas em sala de aula. A pesquisa foi aplicada na rede pública do interior do estado de São Paulo, tendo então como participantes professores do ensino médio.

OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo identificar a compreensão dos professores do ensino médio acerca das políticas públicas de financiamento da educação básica e, também, as implicações na prática docente e manifestações em sala de aula.

O QUE EVIDENCIAM ALGUNS TRABALHOS A RESPEITO DA TEMÁTICA

Um ponto de extrema importância para a pesquisa, tanto para sua motivação quanto para desenvolvimento, é a regulamentação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)¹ por meio da Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020, onde temos a regulamentação do mesmo que passa a não ter um prazo de funcionamento e a ser o principal responsável pelo financiamento da educação básica no país.

A respeito disso e considerando debates ao longo do tempo, no que tange aspectos sobre o financiamento da educação brasileira, buscou-se nesta pesquisa mapear alguns estudos e contextos para o aprofundamento da temática.

A partir de alguns trabalhos que trazem discussões acerca do tema de políticas públicas de financiamento da educação básica, destaca-se o estudo de Davies (2019) no qual o autor desenvolve, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, uma discussão a partir de levantamentos históricos do repasse da União a educação desde a constituição de 1943 até os dias atuais. Nesse sentido traz apontamentos acerca da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), trazendo sempre a importância dessas políticas e também os pontos frágeis.

Outro trabalho de importante valor para a pesquisa aqui apresentada se dá por Bello, Jacomini e Minhoto (2014) no qual as autoras trazem a análise de 1305 trabalhos no âmbito de teses e dissertações publicadas no período de 2000 a 2010, selecionadas no banco de dados da CAPES, com o objetivo de analisar a produção da Pós-Graduação brasileira na área de políticas educacionais em 20 instituições escolhidas pelas autoras. Dentre os nove eixos indicados pelas autoras, um deles trata do "financiamento da educação e controle social do financiamento da educação"; sobre este tema apenas 58 trabalhos (36 teses e 22 dissertações) foram coletados, indicando apenas 4.4% do total explorado pelas autoras e demonstrando o potencial a ser

¹ Sigla utilizada conforme consta na constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.html

explorado e analisado até a atualidade. Nesse estudo, as autoras destacam que a produção analisada encontrou alguns resultados próximos quando comparado ao trabalho organizado por Wittmann e Gracindo (2001)², que tratou do período de 1991 a 1997 sobre Políticas e Gestão da Educação.

Nessa linha, Cruz e Jacomini (2017) também procuraram conhecer as abordagens temáticas sobre o financiamento da educação, porém com foco específico nas conclusões do estudo coordenado por Silva (2014)³, com abrangência de 1283 trabalhos que foram defendidos no período de 2000-2010 em Programas de Pós-Graduação em Educação, com 56 desses direcionados para o eixo de financiamento da educação. A análise das autoras agrupou os seguintes "temas específicos": Fundef/Fundeb; Controle social dos recursos, orçamento participativo e participação na elaboração de políticas; Financiamento do ensino superior e profissional; Financiamento da educação básica; Relações entre receitas, gastos educacionais, custo e condições de oferta e qualidade e Participação dos entes federados no financiamento da educação; Autonomia da gestão financeira da escola; Valorização dos profissionais da educação; Estudos comparados sobre financiamento da educação e Instituições financeiras multilaterais.

Além disso, o trabalho aqui apresentado também se pautou no artigo apresentado por Nascimento e Silva (2016) no qual as autoras produziram um minicurso acerca do tema “Saberes fundamentais ao professor sobre financiamento da educação básica no Brasil”. Nesse curso apresentavam um breve histórico do financiamento da educação básica, passando pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e apresentando algumas considerações a respeito do tema de maneira geral. O minicurso foi apresentado no seminário “Reflexões sobre o Saber Docente” realizado em 2015, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

² WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Orgs.). Políticas e gestão da educação (1991-1997). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001. (Série Estado do Conhecimento, n. 5). Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/publicações>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

³ SILVA, A. A. (Coord.). A produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil: características e tendências (2000-2010). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.

A partir destas breves considerações, apontadas por alguns estudos, foi possível visualizar a existência de uma lacuna quando nos direcionamos ao financiamento da educação básica e principalmente ao acrescentarmos o professor e o que é compreendido, por ele, a respeito deste tema.

Uma outra pesquisa de iniciação científica desenvolvida pela autora deste estudo, teve por objetivo o avanço das pesquisas bibliográficas citadas acima, para que fosse possível identificar o que dizem as teses e dissertações a respeito do tema, porém, ao iniciar a pesquisa foi possível perceber que o banco de dados da CAPES se encontrava com erros de algoritmos e a decisão por termos de pesquisa foi longa e complicada, já que os resultados não eram adequados na maioria das vezes. Por fim, foi possível identificar alguns trabalhos acerca do custo aluno em cidades e regiões específicas e também trabalhos acerca da remuneração docente. A pesquisa também encontrou problemas com o fato do banco de dados apresentar resultados diferentes em momentos diferentes, já que ao realizar a pesquisa com os mesmos parâmetros em dias diferentes os resultados obtidos eram diferentes, o que acabou dificultando ainda mais a coleta de dados acerca do tema, evidenciando ainda mais a lacuna aqui a ser explorada.

AMPLIANDO O OLHAR PARA O CAMINHO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para discutirmos então o que é compreendido pelos docentes em relação ao financiamento da educação básica, é necessário que seja então apresentado o funcionamento da mesma e seus pontos principais. Para isso, este item tem a intenção de apresentar os principais pontos em relação ao funcionamento do financiamento da educação básica, de forma que ao serem analisadas as respostas dos professores no questionário apresentado a eles, seja possível identificar a compreensão desses professores a respeito da temática.

Temos então, que a Constituição brasileira de 1988 traz em seu corpo o seguinte artigo, referente a financiamento da educação básica:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do Ensino. (BRASIL, 1988)

Sendo assim, temos a federação nunca aplicando menos de 18% e os Estados, Municípios e o Distrito Federal nunca menos que 25% da sua receita resultante de impostos. E em relação a distribuição destes recursos aplicados, temos que o artigo 212 A, inciso I trazendo que:

(...) a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios são assegurados mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil (BRASIL, 1988)

Tal inciso fora adicionado via emenda constitucional, de número 108, em 2020, visando estabelecer então a permanência do Fundeb, fazendo com que o fundo não tenha data prevista para seu término, como havia anteriormente. Sendo assim, temos então o Fundeb como o principal responsável pelo repasse de recursos referentes à educação básica no Brasil.

O Fundeb tem, então, a função da distribuição de recursos arrecadados e recebidos dos Estados, DF e Municípios, tal distribuição se dá por meio do número de matrículas realizadas em cada escola, dados esses obtidos via Censo Escolar. Importante lembrar que cada estado, e distrito federal, mantém o seu próprio fundo, gerando assim, 27 fundos no país. Outro ponto importante é o fato de que, caso o valor arrecadado não seja o mínimo definido, cabe então a federação a complementação deste valor, sendo assim, uma escola nunca pode receber menos do que o valor mínimo estabelecido legalmente.

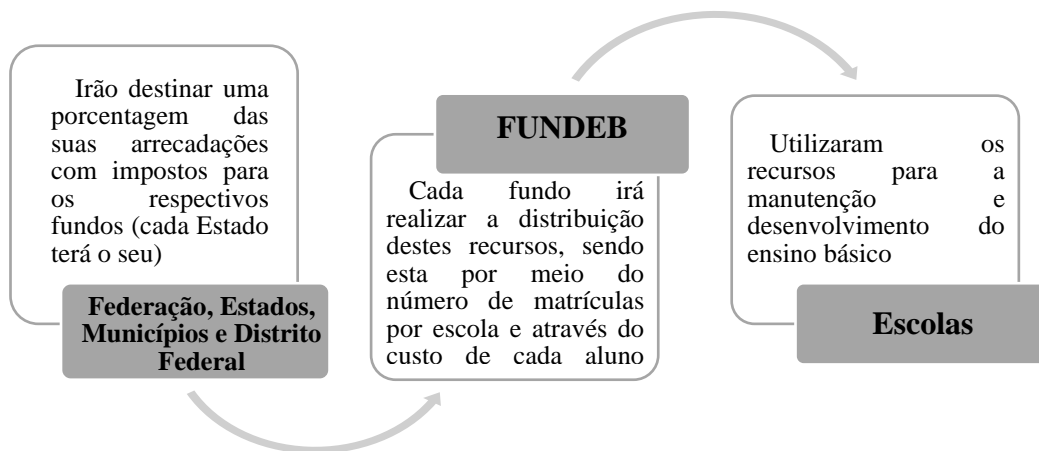
Sabemos então que a federação nunca irá destinar menos de 18% enquanto Estados e Municípios, nunca menos de 25% do arrecadamento derivado de impostos para a manutenção da educação básica, e a distribuição desses recursos é de responsabilidade do FUNDEB e seguirá um valor estabelecido legalmente por aluno, sendo assim, os recursos recebidos por uma escola estão dependentes do número de matrículas presentes, tal número é coletado via censo escolar.

É importante lembrar que tais arrecadações não devem ser destinadas a pagamento de aposentadorias e pensões, sendo então destinadas apenas à manutenção ativa das escolas, assim como na valorização do docente, já que tais recursos são utilizados na remuneração dos docentes presentes naquela escola.

Neste contexto, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), sendo este regulamentado pela Emenda Constitucional de número 14, de 1996, nos traz a priorização da manutenção do ensino infantil pelos Municípios e do ensino fundamental pelos Estados. Além de também trazer, entre outras regulamentações, a obrigatoriedade de que Estados, DF e Municípios apliquem não menos de 60% dos recursos arrecadados (definidos pelo artigo 212 citado anteriormente, ou seja, 60% dos 25% aplicados por estados e municípios) para o desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental, visando a sua universalização. Esta obrigatoriedade tinha a vigência de 10 anos, sendo então entre 1996 e 2006. (BRASIL, 1996)

Após o término do tempo de vigência do FUNDEF, tem-se então a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, resultado Emenda constitucional de número 53, de 2009. O FUNDEB então se assemelha muito ao FUNDEF, tendo algumas diferenças e maior delas sendo a sua cobertura, já que o FUNDEB também cobre o ensino infantil, médio e o ensino de jovens adultos, diferentemente do FUNDEF que se mantinha apenas para o ensino fundamental. A vigência do FUNDEB se daria também por 10 anos, porém, em 2020 ao fim da sua vigência, o fundo foi reestruturado e através da emenda constitucional de número 108 tornou-se permanente. Como síntese, podemos então seguir o caminho do financiamento da educação básica da seguinte forma:

Figura 1 - Funcionamento do Financiamento da Educação Básica



Fonte: elaborada pela autora

METODOLOGIA

Ao realizar pesquisa na área de educação, estamos selecionando um problema a ser investigado pertencente a tal área, lembrando que um estudo educacional não deve ser tratado como um caso isolado; um fenômeno educacional é complexo e mutável, de forma que identificar suas variáveis se torna uma tarefa difícil e ao tentar fazê-la, o pesquisador estará então ignorando as outras variáveis já existentes e as que podem vir a surgir durante a pesquisa. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986)

Assim, a pesquisa aqui a ser apresentada se deu de maneira qualitativa, sendo essa definida como a pesquisa que irá avaliar a natureza do objeto em questão, sua estrutura e sua relação com a realidade, não a fim de quantificar esses dados. Bogdan e Biklen (1994), bem como, Lüdke e André (1986), trazem algumas características básicas da pesquisa qualitativa, sendo essas: Contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, quase sempre por meio de um extenso trabalho de campo; os dados a serem coletados serão, em sua grande maioria, descritivos; a manifestação do problema a ser estudado é de maior importância do que o resultado em si; há sempre a tentativa de capturar a perspectiva dos participantes da pesquisa em relação ao problema; a análise dos dados tende a ser de forma indutiva, não há uma atenção com busca pela comprovação das hipóteses, o pesquisador vai afunilando seus focos de acordo com a pesquisa.

A pesquisa se deu através de um questionário online (anexo A), desenvolvido via *google forms*, onde os participantes responderam, voluntariamente, questões abertas acerca da sua compreensão a respeito do tema. Para a aplicação do questionário, o projeto foi submetido ao comitê de ética para que seguisse todas as diretrizes estabelecidas ao se desenvolver pesquisa com participação humana, após a aprovação através do parecer 5.332.403, o questionário e o termo de livre consentimento de participação foram aplicados.

O questionário, a princípio, foi aplicado a uma escola de ensino básico pública da cidade de Araras/SP, sendo uma escola reconhecida na cidade e situada na região central, com um grande corpo discente e que recentemente veio a se tornar PEI (Programa de Ensino Integral), o envio do questionário foi realizado via um professor da mesma, mais de uma vez. Porém, não

houve a resposta esperada, pois nenhum dos professores respondeu o questionário. Para o andamento da pesquisa o questionário também foi divulgado para alunos do curso de licenciatura em Química, no âmbito de uma disciplina de estágio supervisionado, para que os mesmos divulgassem a pesquisa e o questionário para os professores que tivessem acompanhando.

Por fim, obteve-se então 10 respostas para o questionário, nas quais todos concordaram em participar da pesquisa e responderam todas as questões propostas, ao longo da análise de dados teremos esses participantes denominados por letras, em sequência alfabética, sendo assim entre a letra A e a letra J.

É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada durante a pandemia de COVID-19, logo não foi possível que a autora estivesse na escola, de maneira presencial, para a aplicação do questionário, por isso todo o desenvolvimento aqui apresentado se deu de maneira remota.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados encontrados foi desenvolvida através da análise textual discursiva (ATD), no decorrer de três momentos: desmontagem dos textos, aqui se dá o chamado de processo de unitarização, onde o texto a ser analisado será fragmentado de forma a se obter unidades constituintes que irão ser referência ao fenômeno estudado; o estabelecimento de relações, aqui irá estabelecer-se relações entre as unidades encontradas no momento anterior, de forma a aproximá-las para que seja possível desenvolver categorias que irão representar essas unidades, esse processo também é chamado de categorização; captação do novo emergente, onde se deve desenvolver o novo entendimento que surgiu acerca do material analisado por conta dos momentos anteriores. Ao estabelecer relações entre as categorias determinadas na categorização o pesquisador terá um novo entendimento e compreensão do texto e irá desenvolver o chamado metatexto, outro nome para o passo captação do novo emergente. (MORAES; GALIAZZI, 2016)

Assim, temos que o entendimento da análise textual discursiva se dá por, segundo Moraes e Galiazzi (2016), um processo auto organizado da construção da compreensão que irá emergir

do material a ser analisado, após da sequência das seguintes etapas: e unitarização, categorização e o metatexto.

Todo o processo da análise textual discursiva é denominado pelos autores como tempestade de luz, já que ao se fragmentar e desconstruí-lo iremos chegar ao caos e ao final, após a categorização e a escrita do metatexto, teremos uma tempestade de luz com uma nova compreensão acerca do material. A respeito disso, Moraes (2003, p 210.) comenta:

No seu conjunto, as etapas desse ciclo podem ser caracterizadas como um processo capaz de aproveitar o potencial dos sistemas caóticos no sentido da emergência de novos conhecimentos. Inicialmente, leva-se o sistema até o limite do caos, desorganizando e fragmentando os materiais textuais da análise. A partir disso, possibilita-se a formação de novas estruturas de compreensão dos fenômenos sob investigação, expressas então em forma de produções escritas.

Após a aplicação do questionário, com as respostas em mãos, essas sendo consideradas o corpus do trabalho, iniciou-se então a análise textual discursiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das categorias elencadas e desenvolvidas, foi realizada uma análise acerca da compreensão desses professores participantes no que tange o tema financiamento da educação básica. Através das respostas do questionário aplicado (ANEXO A) foi realizada a análise textual discursiva que visa uma nova compreensão do texto a ser analisado. Importante ressaltar que os trechos aqui apresentados, sendo os trechos pertencentes as etapas da análise textual discursiva, foram retirados na íntegra das respostas dos participantes da pesquisa.

Em relação às categorias elencadas, temos a **categoria FUNDEB/FUNDEF** sendo está já pré estabelecida, ou seja, não foi desenvolvida com a leitura das unidades extraídas durante o processo de unitarização, isso se deve ao fato de que o questionário aqui trabalhado dispunha de uma questão específica a respeito dos conhecimentos dos professores acerca do FUNDEB/FUNDEF, sendo assim, estas respostas passaram, após o processo de unitarização, a compor uma categoria.

Com a categoria FUNDEB/FUNDEF é possível entender que os professores reconhecem a existência dos fundos, a sua importância e alguns sabem a função dos mesmos no âmbito da distribuição dos recursos, porém também é possível perceber que outros reconhecem apenas o nome FUNDEB e/ou FUNDEF, sem ter mais informações a respeito, como vemos no exemplo abaixo:

“Sei que são fundos direcionados à educação básica do país, mas pouco sei sobre como se dá esse direcionamento e as ações práticas” (participante J).

Ao mesmo tempo em que temos algumas respostas que nos mostram que os professores tem informações até sobre as diferenças entre os dois fundos, e o seu funcionamento, porém não se sentem seguros acerca das informações que possuem, não declarando-as com certeza, demonstrando que de fato, o conhecimento acerca do financiamento da educação básica é frágil e não bem disseminado entre os docentes, como no exemplo abaixo:

“Sei muito pouco sobre o assunto, mas acredito que o FUNDEF é responsável pelo pagamento dos professores e o FUNDEB responsável pelo dinheiro destinado à educação” (participante I).

Mas ainda sim, temos respostas que mostram professores com um maior domínio do assunto, trazendo para o questionário respostas completas acerca da sua compreensão sobre o tema, como exemplificado abaixo:

“política de financiamento do Ensino e de valorização do magistério por meio de cálculos (vias estaduais e distrital), referente valor aluno/ano e da complementação da União e as diretrizes para distribuição dos recursos financeiros do Fundo” (participante D)

“Sei que FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) investe em todos os níveis. O FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), é apenas para o ensino fundamental.” (participante B).

A popularidade dos fundos entre os docentes pode ser atribuída a sua própria importância para o funcionamento do financiamento da educação básica e também pelo seu significado para a educação básica, além de termos o FUNDEB como foco de discussões durante o ano de 2020 por conta de mudanças legislativas que levaram à mudanças no funcionamento do fundo, inclusive ao seu tempo de vigência que agora passa a ser vitalício.

Também podemos atribuir a popularidade do mesmo ao fato de termos pesquisas sendo desenvolvidas na área, como mostra o trabalho de Cruz e Jacomini (2017) onde das 56 teses e dissertações desenvolvidas no âmbito do financiamento da educação básica, 13 delas tratavam sobre os fundos, seja de forma específica a respeito de um deles ou de maneira mais geral.

Outra categoria desenvolvida ao longo da categorização, foi a de **remuneração**, tal **categoria emergiu** através das citações dos participantes a respeito do tema, trazendo um dos principais pontos de discussão quando falamos sobre financiamento da educação, a remuneração e a valorização da carreira docente.

Nesse sentido, foi possível perceber que tal ponto apareceu de maneira mais evidente durante uma pergunta a respeito do impacto do financiamento da educação básica em sala de aula, no dia a dia da carreira docente. As respostas apontaram o quanto a remuneração irá impactar na aula que o professor irá desenvolver em sala, já que ao se ter uma remuneração adequada o mesmo poderá diminuir ou aumentar a sua carga horária, melhorando assim a qualidade da sua aula.

Alguns exemplos a respeito disso:

“Além, as medidas que refletem nos salários/vencimentos docentes também permitem ao docente uma reorganização de sua rotina de trabalho, como a redução ou aumento do número de escolas e aulas para sua sobrevivência” (participante F)

“Remuneração adequada pode contribuir para não precisarmos dar muitas aulas. Melhorando a qualidade das aulas” (participante G)

As falas acima exemplificam os impactos da remuneração no dia a dia do professor, seja na sua quantidade de aulas, na quantidade de escolas, já que muitas vezes um professor precisa estar presente em 3 ou até mais escolas para que seu salário seja satisfatório, impactando assim diretamente na qualidade da sua aula.

Contudo, ainda nesta categoria também temos uma fala de um participante que nos traz a questão das condições de trabalho que professores enfrentam no Brasil, trazendo para discussão que além de uma remuneração adequada, há também a necessidade de melhora nas condições em que este professor está inserido:

“Precisamos estar bem ” assessorados” tanto quanto a salários como condições básicas para o trabalho em si” (participante G)

Por fim, esta categoria também conta com a fala do participante C, onde temos a constatação de que o salário do docente é provavelmente a primeira coisa que se é discutida quando ao se iniciar qualquer conversa sobre educação e principalmente sobre financiamento da educação básica, e em geral, a discussão é utilizada para o não incentivo a carreira docente, apontando então remuneração como um grande empecilho da mesma.

“Hoje estou fazendo estágio e muita coisa não está clara ainda, no entanto, sei sobre o salário dos professores ” (participante C).

A categoria apresentada acima se demonstrou um retrato de um dos maiores pontos de discussão acerca do tema financiamento da educação básica, a remuneração docente e o impacto da mesma na qualidade de suas aulas e o impacto da mesma na progressão da carreira, já que temos uma desvalorização em larga escala e que se perdura por anos.

Ainda temos a **categoria** denominada **discussão**, sendo esta desenvolvida através das diversas vezes em que a palavra foi observada durante as respostas dos questionários e também por meio de uma das perguntas do próprio, onde questionava se havia discussões acerca do tema nas escolas que esses professores atuam, trazendo a problemática do quando e onde as discussões

acerca do financiamento da educação básica estão acontecendo e também, se estão havendo discussões.

Temos algumas respostas trazendo quais são os momentos de discussões presentes nas escolas em que esses professores atuam como, por exemplo:

“ Há algumas reuniões com deliberações pré determinadas para impor as prioridades, nas quais, as verbas serão destinadas” (participante D)

“Dentro da escola quanto há verbas a serem gastas para melhoria do espaço físico” (participante H)

As falas destacam que as discussões acerca do financiamento acontecem em momentos pontuais; em específico com o participante H durante a necessidade de melhorias do espaço físico da escola e para o participante D temos discussões acerca das prioridades presentes no ambiente. Enquanto temos o relato de alguns participantes de que a discussão acontece em pequenos grupos de professores, mas não há algo estruturado pela escola, por exemplo.

De todo modo, os relatos nos mostram que não temos discussões e debates acerca do financiamento básico sendo realizados amplamente nas escolas, pelo menos não de uma maneira organizada e sem o objetivo de determinar pontualmente os recursos.

Isso demonstra um possível reflexo das categorias anteriores, onde já se demonstrava a falta de contato dos professores com o tema e todas as consequências desta questão. Também é possível estabelecer a relação entre essa ausência da questão em ambientes escolares com o fato de termos poucos trabalhos sendo realizados pela academia, como mostra o trabalho de Jacomini e Minhoto (2014) trazendo apenas 58 teses e dissertações realizadas na área durante os anos de 2000-2010.

Ainda completando a categoria discussão, temos trechos nos trazendo pontos a respeito da discussão do assunto durante a graduação e/ou algum momento acadêmico dos professores, nos trazendo novamente respostas que demonstram não ser uma questão levantada durante a formação dos professores, como demonstra a seguir:

''Nunca houve este tipo de discussão na graduação. Aliás, há 20 anos ainda não tínhamos elementos claros de como funcionava o financiamento da educação básica'' (participante F)

''Na verdade eu me recordo de alguma discussão sobre o assunto, mas foram poucas. Hoje eu sei meu conhecimento sobre o financiamento é muito raso.''' (participante I)

Temos ambas as falas corroborando a ideia de que a discussão a respeito do assunto é quase nula, o que desencadeia lacunas na formação destes professores.

CONCLUSÃO

A partir de todo o processo da análise textual discursiva realizada com as respostas obtidas pelo questionário, é possível destacar alguns pontos, sendo o primeiro desses o fato de que os professores, em sua maioria, se sentem despreparados e desinformados a respeito do funcionamento da educação básica no Brasil. A pequena, quase nula, discussão a respeito do financiamento da educação, pelo viés dos professores, se torna evidente nas respostas do questionário, na análise das mesmas e também nos trabalhos que nos fundamentam. Sendo assim, os participantes da pesquisa demonstraram que, de fato, estão desinformados, e isso não é algo surpreendente.

Outro ponto é a questão da remuneração docente ser um assunto popular, talvez o mais discutido entre os professores, dentro do âmbito do financiamento da educação e mesmo assim, os próprios professores também não demonstram obter informações sobre como tal remuneração funciona, assim como também conhecerem de forma superficial os fundos de financiamento, saberem seus nomes, mas não dominarem o seu funcionamento e suas diretrizes.

Por fim, a pesquisa aqui apresentada se fez de grande importância e peso durante o processo de formação da licencianda, ao ter as questões aqui propostas sendo derivadas de suas experiências em escolas da rede pública durante a sua graduação, através de projetos de extensão. Ter a oportunidade de enfim responder tais questionamentos, por meio desta pesquisa, além de também vivenciar todo o processo de uma pesquisa desenvolvida diretamente com professores e

no âmbito escolar e todos os desafios derivados, todas as experiências resultantes do processo desta pesquisa tornaram a licencianda mais consciente a respeito do financiamento da educação, assim como da relação do mesmo com o sistema público de ensino.

E enfim, após a análise dos dados e todo processo aqui evidenciado, é possível concluir que temos hoje um distanciamento entre o funcionamento do financiamento da educação básica, a produção de suas legislações e os professores do ensino básico, mesmo sendo personagens principais durante esta discussão, os mesmos não fazem parte deste processo, gerando assim uma categoria que tem sua formação uma lacuna no âmbito do financiamento da educação básica, que acaba se tornando também uma lacuna nos seus direitos e na luta por um melhor sistema de educação básica no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 19 nov. 2021

BRASIL. Constituição (1996). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm. Acesso em: 19 nov. 2021

BRASIL. Lei nº 11.113, de 25 de dezembro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 158, n. 246-C, 25 de dezembro 2020. Seção I, p. 1. Acesso em: 19 nov. 2021

CRUZ, Rosana; JACOMINI, Márcia. Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S.L.], v. 98, n. 249, p. 346-370, 18 jun. 2019. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i249.2770>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/g5mpwW36cSxtVpRZFVWZJC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 661-691, 31 dez. 2019. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/2237-9444.2019.v9.30833>. Acesso em: 19 nov. 2021

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINHOTO, M. A. P.; JACOMINI, M. A.; BELLO, I. M.. Pesquisa em política educacional

no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações. **Praxis Educativa**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 369-393, jun. 2014. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.9i2.0004>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MORAES, R. GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 3 ed. Ijuí, Editora Unijuí. 2016. Coleção Educação em Ciências.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação (Bauru)**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-73132003000200004>. Acesso em: 22 nov. 2021

NASCIMENTO, Emeli Malaquias; SIVA, Franceline Rodrigues. Saberes fundamentais ao professor sobre financiamento da educação básica no Brasil. **Caderno da Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 48, p. 25-42, set. 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/cadernodeeducacao/article/view/1851/968>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ANEXO A: questionário para professores

PRIMEIRA PÁGINA DO QUESTIONÁRIO

A pesquisa aqui apresentada tem por objetivo geral identificar a visão de professores do ensino básico público a respeito de políticas públicas de financiamento da educação e como compreendem essas políticas se manifestando em sala de aula ou quais são as implicações no trabalho docente. Sendo assim, concordo em participar da mesma respondendo um questionário a seguir, garantindo o meu direito de não responder qualquer questão, sem justificativa para tal e também o direito de poder me retirar da pesquisa a qualquer momento.

concordo em participar

não concordo em participar

SEGUNDA PÁGINA DO QUESTIONÁRIO

1. Como você acredita que funciona o financiamento da educação básica no Brasil?

2. Você já participou de discussões/formação que abordem/expliquem o funcionamento das políticas de financiamento educacional? sim () não () comente _____
3. Na(s) escola(s) em que trabalha há discussões ou esclarecimentos sobre as políticas de financiamento? sim () não () comente _____
4. O que você sabe sobre o FUNDEF e o FUNDEB? Comente _____
5. Você se recorda de ter discutido o tema durante a graduação? Se sim, se lembra de como eram tais discussões? não () sim () comente _____
6. Você acredita que as políticas de financiamento da educação básica causam mudanças ou implicações no dia a dia do seu trabalho? Se sim, como? não () sim () comente _____

Anexo B

Título da Pesquisa: A VISÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pesquisador: ELAINE GOMES MATHEUS FURLAN

Instituição Proponente: Centro de Ciências Agrárias

Versão: 2

CAAE: 54448121.9.0000.5504

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Número do Parecer: 5.332.403

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

SAO CARLOS, 05 de Abril de 2022